

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
 Palácio dos Bandeirantes, 22 de dezembro de 1976.
PAULO EGYDIO MARTINS
 Manoel Pedro Pimentel — Secretário da Justiça
 Nelson Gomes Teixeira — Secretário da Fazenda
 Pedro Tassinari Filho, Secretário da Agricultura
 Francisco Henrique Fernando de Barros, Secretário de Obras e do Meio Ambiente
 Thomaz Pompeu Borges Magalhães, Secretário dos Transportes
 José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Educação
 Antonio Erasmo Dias, Secretário da Segurança Pública
 Mário de Moraes Altenfelder Silva, Secretário da Promoção Social
 Jorge Maluly Neto, Secretário das Relações do Trabalho
 Adhemar de Barros Filho, Secretário da Administração
 Walter Sidney Pereira Leser, Secretário da Saúde
 Jorgo Wilhelm, Secretário de Economia e Planejamento
 Raphael Baldacci Filho, Secretário do Interior
 Max Feffer, Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia
 Ruy Silva, Secretário de Esportes e Turismo
 Roberto Cerqueira Cesar, Secretário dos Negócios Metropolitanos
 Péricles Eugênio da Silva Ramos, Secretário de Estado — Chefe da Casa Civil
 Ismael Menezes Armond, Secretário Extraordinário de Comunicações

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa aos 22 de dezembro de 1976
 Nelson Petersen da Costa — Diretor Administrativo — Subst.

LEI N.º 1218, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1976

Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo, com sede em Boa Esperança do Sul

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
 Artigo 1.º — É declarada de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo, com sede em Boa Esperança do Sul.
 Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Palácio dos Bandeirantes, 22 de dezembro de 1976.

PAULO EGYDIO MARTINS
 Manoel Pedro Pimentel — Secretário da Justiça
 Walter Sidney Pereira Leser — Secretário da Saúde
 Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa aos 22 de dezembro de 1976.

Nelson Petersen da Costa — Diretor Administrativo — Subst.

LEI N.º 1.219, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1976

Declara de utilidade pública a Fundação Educacional de Ituverava — F.E.I., com sede em Ituverava

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
 Artigo 1.º — É declarada de utilidade pública a Fundação Educacional de Ituverava — F.E.I., com sede em Ituverava.
 Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
 Palácio dos Bandeirantes, 22 de dezembro de 1976.
PAULO EGYDIO MARTINS
 Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça
 Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de dezembro de 1976.
 Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo — Substituto

LEI N.º 1.220, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1976

Declara de utilidade pública o «Instituto Coronel João Leite», com sede em Moji-Mirim

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
 Artigo 1.º — É declarado de utilidade pública o «Instituto Coronel João Leite», com sede em Moji-Mirim.
 Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
 Palácio dos Bandeirantes, 22 de dezembro de 1976.
PAULO EGYDIO MARTINS
 Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça
 Mário de Moraes Altenfelder Silva, Secretário da Promoção Social
 Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de dezembro de 1976.
 Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo — Substituto

LEI N.º 1.221, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1976

Declara de utilidade pública o Centro de Investigações e Ação Social — CIAS, com sede em Barretos

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
 Artigo 1.º — É declarado de utilidade pública o Centro de Investigações e Ação Social — CIAS, com sede em Barretos.
 Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
 Palácio dos Bandeirantes, 22 de dezembro de 1976.
PAULO EGYDIO MARTINS
 Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça
 Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de dezembro de 1976.
 Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo — Substituto

LEI N.º 1.222, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1976

Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, por doação, ao Departamento de Estradas de Rodagem — DER, imóvel situado no Município de Itu

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
 Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a alienar, por doação, ao Departamento de Estradas de Rodagem — DER, imóvel sem benfeitorias, destinado à construção da praça rotatória na Rodovia do Açúcar, sob a administração da Secretaria da Saúde, situado no Município de Itu, caracterizado na Planta n.º 4.826, da Procuradoria Geral do Estado, assim descrito e confrontado:
 inicia no ponto «A», situado no km 60 mais 900m (novecentos metros) da Estrada de Rodagem Estadual SP-79, Sorocaba-Itu; desse ponto segue em linha reta, na distância de 333m (trezentos e trinta e três metros), confrontando com o próprio estadual ocupado pelo Hospital Pirapitingui, até o ponto «B»; desse ponto, deflete à direita e segue em linha reta, na distância de 108m (cento e oito metros), ainda confrontando com o referido hospital, até o ponto «C»; desse ponto, deflete à direita e segue em linha reta, confrontando com a Rodovia do Açúcar, que liga a Rodovia Castelo Branco-Piracicaba, na distância de 330m (trezentos e trinta metros), até o ponto «D»; desse ponto, deflete à direita e segue em linha reta, confrontando com o referido próprio estadual, na distância de 153m (cento e cinquenta e três metros), até o ponto «A» inicial, perfazendo esses alinhamentos e distâncias a superfície de 43.065m² (quarenta e três mil e sessenta e cinco metros quadrados).
 Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
 Palácio dos Bandeirantes, 22 de dezembro de 1976.
PAULO EGYDIO MARTINS
 Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça
 Walter Sidney Pereira Leser, Secretário da Saúde
 Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de dezembro de 1976.
 Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo — Substituto

LEI N.º 1.223, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1976

Autoriza a Fazenda do Estado a ceder, em comodato, à Guarda Mirim do Osvaldo Cruz, imóvel situado nesse município

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a ceder, em comodato, pelo prazo de 20 (vinte) anos, à Guarda Mirim do Osvaldo Cruz, imóvel com benfeitorias, situado nesse município, destinado à instalação de sua sede social, caracterizado na Planta n.º 4.178, da Procuradoria Geral do Estado, sendo o terreno assim descrito e confrontado:

inicia no ponto A, situado a 63m (sessenta e três metros) do cruzamento da Avenida Brasil com a Rua Força Expedicionária Brasileira; desse ponto, segue confrontando com a propriedade de Osvaldo Martins, na distância de 45m (quarenta e cinco metros), até o ponto B; desse ponto, deflete à direita e segue confrontando com a propriedade de José Alvarenga, na distância de 15m (quinze metros), até o ponto C; desse ponto deflete à direita e segue confrontando, ainda, com a propriedade de José Alvarenga, na distância de 45m (quarenta e cinco metros), até o ponto D; desse ponto, deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua Força Expedicionária Brasileira, na distância de 15m (quinze metros), até o ponto A, encerrando a área de 676m² (seiscentos e setenta e cinco metros quadrados).

Artigo 2.º — Da escritura deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem a efetiva utilização do imóvel para o fim a que se destina e que impeçam sua transferência, a qualquer título, estipulando-se que, em caso de inadimplemento, será o contrato rescindido, independentemente de indenização por benfeitorias realizadas.

Artigo 3.º — O imóvel a que se refere esta lei será restituído ao Estado, independentemente de indenização por quaisquer benfeitorias, ao término do prazo contratual.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de dezembro de 1976.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Nelson Gomes Teixeira, Secretário da Fazenda

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de dezembro de 1976.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo — Subst.

LEI N.º 1.224, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1976

Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, por doação, ao Município de Araçatuba, imóvel ali situado

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a alienar, por doação, ao Município de Araçatuba, terreno situado nessa cidade, caracterizado na Planta n.º 2.733, da Procuradoria Geral do Estado, assim descrito e confrontado:

inicia no marco n.º 1, colocado no alinhamento da rua Major Mendonça, a 88,30m (oitenta e oito metros e trinta centímetros) do cruzamento dos alinhamentos dessa via pública com a rua José Bonifácio; desse marco, segue pelo alinhamento da rua Major Mendonça, na distância de 32,50m (trinta e dois metros e cinquenta centímetros), até o marco n.º 2; daí, deflete à direita e segue pela divisa da propriedade do Curtume Santa Galo, na distância de 81,40m (oitenta e um metros e quarenta centímetros), até o marco n.º 3, colocado no alinhamento da rua Aquidabam; daí, deflete à direita e segue por este alinhamento, na distância de 32,50m (trinta e dois metros e cinquenta centímetros), até o marco n.º 4; daí, deflete à direita e segue dividindo com terrenos do Curtume Santa Galo, na distância de 81,40m (oitenta e um metros e quarenta centímetros), até o marco n.º 1, encerrando a superfície de 2.645,50m² (dois mil, seiscentos e quarenta e cinco metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados).

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Palácio dos Bandeirantes, 22 de dezembro de 1976.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Nelson Gomes Teixeira, Secretário da Fazenda

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de dezembro de 1976.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo — Subst.

LEI N.º 1.225, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1976

Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, por doação, ao Departamento de Estradas de Rodagem — DER, imóvel situado no Município de Presidente Prudente

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a alienar, por doação, ao Departamento de Estradas de Rodagem — DER, faixa de terreno a ser destinada de área maior ocupada pelo Colégio Agrícola de Presidente Prudente, destinada à construção de Residência de Conservação, caracterizada na Planta n.º 4.324, da Procuradoria Geral do Estado, assim descrita e confrontada:

inicia as divisas no ponto «A», situado no Km 562 + 13m da Rodovia Raposo Tavares — SP 270, junto à cerca dessa rodovia, com a cerca da Estrada de Ferro, Ramal de Dourados, da FEPASA; desse ponto, segue em curva pela cerca da citada ferrovia, com a qual confronta, na distância de 457m (quatrocentos e cinquenta e sete metros), até o ponto «B»; desse ponto, deflete à direita, segue em reta, confrontando com área ocupada pela CEAGESP, na distância de 73,50m (setenta e três metros e cinquenta centímetros), até o ponto «C»; deste ponto, deflete à esquerda, segue em reta com a mesma confrontação, na distância de 255m (duzentos e cinquenta e cinco metros), até o ponto «D»; desse ponto, segue em curva pela cerca da Rodovia Raposo Tavares — SP 270, na distância de 469,50m (quatrocentos e sessenta e nove metros e cinquenta centímetros) até o ponto «A» inicial, encerrando a superfície de 84.518m² (oitenta e quatro mil quinhentos e dezoito metros quadrados).

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de dezembro de 1976.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Thomaz Pompeu Borges Magalhães, Secretário dos Transportes

José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Educação

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de dezembro de 1976.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo — Subst.

LEI N.º 1.226, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1976

Autoriza a Fazenda do Estado a permutar, com o Município de Registro, imóveis situados nessa localidade

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a permutar, pura e simplesmente, imóvel de sua propriedade, por outro, pertencente à Prefeitura Municipal de Registro, situados nessa localidade, caracterizados na Planta n.º 1.973 da Procuradoria Geral do Estado, assim descritos e confrontados:

I — Imóvel de propriedade da Fazenda do Estado: inicia no ponto caracterizado pela letra «C»; desse ponto, segue em reta pelo muro de tijolos com o rumo 16°48'NE na distância de 70,74m (setenta metros e setenta e quatro centímetros), até o ponto da letra «D»; daí, deflete à esquerda, segue em reta ainda pelo muro, com o rumo 01°23'NE na distância de 18,35m (dezoito metros e trinta e cinco centímetros), até o ponto da letra «E», confrontando em toda essa extensão, com o remanescente do próprio estadual; daí, deflete à esquerda, segue em reta com o rumo 39°58'SW na distância de 30,28m (trinta metros e vinte e oito centímetros), até o ponto da letra «G»; daí, deflete à esquerda, segue em reta com o rumo 2°26'SW na distância de 60m (sessenta metros), até o ponto da letra «H»; daí, deflete novamente à esquerda, segue em reta com o rumo 18°45'SE na distância de 3,32